

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.768 - RJ (2019/0298238-8)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
RECORRENTE : WAGNER ALVES SALDANHA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por WAGNER ALVES SALDANHA contra acórdão proferido pela Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, no julgamento do HC n. 0043661-63.2019.8.19.0000.

Noticiam os autos que o recorrente encontra-se preso preventivamente desde o dia 05-07-2018, por ter, supostamente, cometido os delitos previstos nos arts. 180, 307 e 311, todos do Código Penal.

Aduz a ocorrência de constrangimento ilegal sob o argumento de que o recorrente se encontra preso há mais de 1 (um) ano, sem que tenha sido encerrada a instrução criminal, a ponto de restar configurado o excesso de prazo de sua custódia cautelar, ressaltando que a defesa não teria contribuído para a demora na entrega da prestação jurisdicional.

Requer, em síntese, o provimento do reclamo para que seja relaxada a prisão preventiva do recorrente, colocando-o em liberdade, em virtude do apontado excesso de prazo e, subsidiariamente, caso entenda necessário, sejam fixadas medidas cautelares menos gravosas (art. 319 do CPP).

É o relatório.

A concessão da tutela de urgência reserva-se aos casos excepcionais de ofensa manifesta ao direito de ir e vir e desde que preenchidos os pressupostos legais, que são o *fumus boni juris* e o *periculum in mora*.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto, em princípio, há fundamentação para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, diante da razoabilidade da duração do processo, consoante é possível inferir-se do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fls. 47-49):

[...]

De acordo com as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora e com os documentos que instruem o presente writ, o paciente foi preso em flagrante em 05/07/2018 por, supostamente, estar de posse de veículo Mercedes/Sprinter que fora objeto de furto em data anterior e ter adulterado seu sinal identificador, tendo, ainda, atribuído a si falsa identidade, a fim de esconder seus antecedentes.

Posteriormente, sua prisão foi convertida em preventiva e foi recebida a denúncia.

Em 28/11/2018, foi realizada audiência de instrução e julgamento, ocasião em que o Ministério Público requereu a vinda da mídia contendo a filmagem do roubo do veículo

Superior Tribunal de Justiça

que fora objeto do crime de receptação, sendo deferida a diligência.

Houve pleito libertário, que restou indeferido pela autoridade impetrada, nos seguintes termos (Anexo I, pasta 000001):

“Trata-se de pedido de RELAXAMENTO da prisão do acusado WAGNER ALVES SALDANHA, sob a alegação de excesso de prazo, já tendo sido concluída a instrução criminal e aguardando por quase 11 meses por diligência que nem a defesa nem o acusado deram causa.

Instado a se manifestar, o Ministério Público, a fls. 139 verso, opinou contrariamente ao pleito.

Com efeito, assiste total razão ao MP, eis que não há que se falar em ilegalidade da prisão do réu, visto que o processo teve trâmite regular e célere desde o início, já se encontrando finda a instrução, sendo certo que ainda permanecem presentes os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva.

Além do mais, eventual análise de excesso de prazo deve ser feita com base nos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. E é certo que não houve, de maneira alguma, prolongamento do rito de forma absurda, a configurar constrangimento ilegal.

Saliente-se, também, que a jurisprudência já se pronunciou diversas vezes no sentido de que eventual atraso na instrução do processo não produz ilegalidade na prisão. Neste sentido (...) Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de RELAXAMENTO da prisão do acusado WAGNER ALVES SALDANHA. Dê-se ciência à defesa do acusado e ao MP. Expeça-se mandado de busca e apreensão da informação requerida a fl. 138, instruindo com cópia de fls. 28, 30 e 138”.

O Ministério Público já apresentou suas alegações finais, estando o feito em fase de apresentação das alegações finais pela Defesa.

Portanto, não se verifica a existência de lapsos injustificáveis ou de inércia imputável ao Juízo ou ao Ministério Público que caracterize o alegado excesso de prazo, sendo certo que se avizinha a prestação jurisdicional reclamada.

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte recorrente.

Superior Tribunal de Justiça

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do recurso, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar**.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo singular, encarecendo o envio dos esclarecimentos necessários ao deslinde da questão e, se houver, de senha para acesso ao andamento do respectivo processo.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intime-se.

Brasília (DF), 09 de outubro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator